

**Políticas de exportação no norte da América Portuguesa: administração, comércio e rizicultura no Estado do Maranhão e Piauí (1770 – 1800).**

**Reinaldo dos Santos Barroso Junior**

Doutorando em História, UFPA

Orientador: Rafael Ivan Chambouleyron, UFPA

silesius2001@yahoo.com.br

A partir do governo de D. José I iniciou-se através de seu secretário Sebastião José de Carvalho e Melo, uma política de reorientação econômica que pretendia instituir um modelo exploratório mercantil mais rígido para as colônias portuguesas, sobretudo aquelas do norte da América Portuguesa. Essa política econômica foi articulada com dinâmicas de mudança no modelo de exploração e produção agrícola, bem como na mudança dos “tipos” de trabalhadores na região – de ameríndios para africanos. Esse processo foi intensificado pela fragmentação do estado do Grão-Pará e Maranhão e a construção do estado do Maranhão e Piauí no norte da América Portuguesa; os governadores do estado em questão arregimentaram a produção com a expansão do modelo de *plantation*, com a intensificação da produção de algodão e arroz. Esses administradores pretendiam exportar diferentes itens da região como forma de suplementar o quadro de exportação: havia algodão, arroz, anil, cacau, atoados, vaquetas, pentes e outros itens lotando os porões dos navios que saíam da capital do estado, São Luís. Além disso, é inegável o esforço por parte desses administradores coloniais em instituir e expandir a cultura do arroz, proporcionando não somente o simples plantio, mas a construção de lógicas de cultivo e trabalho, bem como editais de produção que resultariam em um volume cada vez maior da produção do arroz para o Atlântico. Este trabalho visa, portanto, perceber a existência desses administradores coloniais, a política de orientação da produção que tomavam parte, bem como o esforço com a sociedade colonial maranhense, de fins do século XVIII e início do século XIX, em alavancar a produção do Estado do Maranhão e Piauí.

Em sete de março de 1781, o governador do Estado do Maranhão e Piauí, Dom Antonio de Salles Noronha, enviou carta ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Mello e Castro, informando os carregamentos existentes no navio Nossa Senhora da Esperança e Santa Rita, que saía do porto de São Luís, capital do Estado de Maranhão e Piauí, estado colonial criado em 1772 e que se manteria até 1811. A embarcação levava um

carregamento sortido com diversos animais, plantas, produtos como resinas, gomas, anil, alqueires de algodão e, principalmente, o arroz.

O pequeno documento de menos de uma página possuía o objetivo de informar sobre a carga e destacar a proeminência de uma planta em meio ao carregamento, a Ateira que poderia produzir um fruto adocicado com possibilidades de se tornar produto importante para a exportação local já que era “huma das melhores fructas de produção desta América”. No geral, este tipo de escrito dos governadores era simples e se limitava a informar a saída de uma embarcação e o valor em reis do carregamento que ocasionalmente poderia estar acompanhada de mapas que enumeravam os gêneros exportados, bem como podiam ainda destacar notícias outras da colônia e avisos de iguarias que iam junto à carga do navio, o caso da Ateira.

A ateira, conhecida em algumas partes do Brasil como Fruta do Conde, pois quem a introduziu na Bahia foi o Conde de Miranda em 1626, já era um produto com relativo destaque interno desde meados do século XVIII; fruta americana que fora disseminada pelos portugueses pelo mundo Atlântico, dentro das Américas e outras localidades. O Botânico Inglês Robert Brown afirmava no começo do século XIX que era uma planta das Américas e depois, em meio a outras culturas viajantes, seguiu para outros continentes. “A dispersão deve em todo os casos atribuir-se aos Portuguezes e os nomes de *ateira*, e *ata* para a fructa, seguiram a planta em suas peregrinações, e são usados tanto no Brazil, como Angola, Moçambique e Goa”, tornando-se famosas no mundo colonial português (FICALHO, 1884, p. 81). O governador do Maranhão já havia, inclusive, mandado amostras dela em 1780, mas “como não tinha “noticia de que ellas chegassem em bom estado, por isso repito esta remessa por ser huma das milhores fructas de produção desta América.”

A intenção era oferecer um produto que “agrade a Vossa Excelência” e pudesse destacar-se em um mercado de consumo mais amplo, inserindo a economia colonial em um espectro de consumo rentável para a economia metropolitana. Ao mesmo tempo, o administrador local, Antonio de Sales Noronha, tentava conseguir mercês com a coroa como retribuição aos esforços dedicados em nome do processo colonial. Assim, os administradores pensavam em todo e qualquer elemento que pudesse corresponder a essa lógica mercantil, seguindo parte de sua administração recolhendo insumos e introduzindo culturas ambientais como o arroz que poderiam projetar e incrementar o projeto colonizador do Estado do Maranhão e Piauí no cenário Atlântico.

Em 1781, o arroz já fazia parte da agenda local de produção e exportação. Fora introduzido pela administração de Joaquim de Melo e Povoas junto à Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão. Se aqui começamos com a ateira é com o objetivo de demonstrar a ansiedade de governadores como Antonio Noronha e Joaquim de Melo em evidenciar produtos para a economia de exportação, produtos com os quais o governo metropolitano poderia lucrar. Sendo assim, com a ação incisiva desses governadores locais com os produtos coloniais, as autoridades participavam de um cenário de economia internacional, elegiam produtos mais proeminentes, destacavam a mão de obra específica e ideal para o cultivo, apontavam formas e locais de cultivo no estado colonial e anunciavam o impacto dessa produção para a economia regional. Entretanto, dentre todos esses produtos, nossa atenção maior será dado aquele que parecia ser o destaque da agenda de exportação nos decênios após o ano de 1770, o arroz.

A carta de 1781 de Antonio Salles Noronha anuncia rápida e superficialmente a presença do arroz, afinal o destaque maior é para as amostras de folhas de ateira como propaganda para um novo artigo de exportação a partir do Estado do Maranhão e Piauí. O arroz tornara-se presença constante nas exportações desde o decênio de 1770 em virtude do forte envolvimento do antecessor de Antonio Sales, o governador e capitão general Joaquim de Melo e Povoas que alicerçou a produção e enredou formas de escoamento por meio dos rios para a capital e daí redirecionando a produção ao mercado Atlântico.

Os governadores que presidiram a administração colonial nos decênios de 1770 a 1790, Joaquim de Melo e Povoas (1775-1779), Antonio Salles Noronha (1779-1784) e José Teles da Silva (1784-1787), foram os mais ativamente envolvidos em destacar produtos essenciais para a economia metropolitana, construíram e ordenaram formas de exploração da região por meio da reorganização de economias internas e implantação de cultivos agrícolas externos como o arroz. Nesse cenário, o arroz era o mais importante. Os três governadores já haviam enfatizado a importância da produção local e do escoamento do “Arroz que por ordem de V. Excelencia” fazia ir “em todos os Navios que daqui sahem”<sup>1</sup>. Assim, por um lado temos a indicação de novos produtos que podem ser articulados para a lavoura de exportação, a ateira, por exemplo; por outro lado, também aparecem nas cartas e mapas produtos que já obtiveram êxito no mercado Atlântico, como o algodão e o arroz. Ambos respondiam ao anseio de consumo de um mercado Atlântico cada vez mais em expansão, o primeiro pela revolução têxtil que seguia em desenvolvimento acelerado, o segundo pelo aumento do

---

<sup>1</sup> Carta de 1 de dezembro de 1785. Livro de registro de correspondências Nº 13. Acervo da Secretaria de Governo do Maranhão. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. FI 121.

consumo do cereal e poderia aproveitar a queda do fornecimento por parte da Carolina do Sul na América do Norte.

A leitura desse cenário Atlântico, bem como a produção de uma agenda de exportação que coadunasse com aquilo definido pela lógica mercantil da coroa portuguesa era de responsabilidade dos governadores coloniais. O discurso escrito em suas cartas era constituído por uma inegável lógica de servidão e prudência, em parte por serem todos homens ambiciosos em busca de mercês, em parte por seguirem uma pretensa lógica de dominação delineada pelo império português. Apesar da já apregoada tese de controle português sobre a colônia (tese da hegemonia metropolitana) e de sua forte opositora mais contemporânea (a autoridade negociada), é minimamente importante perceber que a fala desses sujeitos é embutida na pretensa tentativa de controle metropolitano e no próprio campo de interação do administrador colonial com o poder metropolitano que escalonava formas de ascensão e sucesso no mundo ultramarino através, sobretudo, do impacto positivo de sua agenda de exportação articulada entre o comércio Atlântico, a produção local e as necessidades ultramarinas.

Nas cartas de administradores como Antonio de Sales Noronha que escreviam à corte portuguesa, é possível perceber tudo aquilo que pudesse significar a comercialização em larga escala de mercadorias com a intenção de obter mercês, uma modalidade de recompensa que ia para além de benefícios financeiros, e resultava na obtenção de cargos, terras, perdões reais para o súdito ou seu familiar mais próximo. Isso significa que todos os súditos, colonos quaisquer, e mais especificamente administradores coloniais “procuravam obedecer ao rei com a finalidade de alcançar privilégios, dependência que, por certo, viabilizou o controle monárquico sobre os novos domínios [...] dependiam do soberano para reconhecer seus feitos e honrá-los com mercês”. (RAMINELLI, 2008, p. 21). Levando em consideração a descentralização da América portuguesa, em fins do século XVIII, administradores diferentes poderiam receber pequenas e significativas mercês, os reis poderiam, assim, agraciar seus vassallos e manter o poder real nas colônias do norte.

A própria escolha desses governantes, na segunda metade do século XVIII, revela a concessão de mercês para indivíduos de famílias nobres com o mínimo de reflexo burocrático por conta da experiência e benesses adquiridos. O caso do governador Joaquim de Melo Póvoas é exemplar nesse sentido. Da pequena nobreza portuguesa na tentativa de ganhar mercês, recebeu a administração do norte da América Portuguesa com 35 anos, região em que se manteve por mais vinte anos e foi percebido como um agente de alta conta pela

historiografia maranhense. Ao final de 1772, recebeu a possibilidade de ir ao cargo desejado como recompensa por seus trabalhos, o governo de Pernambuco, capitania do Estado do Brasil e deveria ser substituído por Clemente Pereira de Azeredo Coutinho na administração da capitania maranhense, conforme carta de 18 de dezembro de 1772. Entretanto, o substituto nunca chegara, em parte por contrair doença que lhe levaria a morte um ano depois, em parte pelas lógicas administrativas que envolviam a perpetuação de algumas famílias de alta nobreza em postos de relevo; e, também pela perda gradual do poder do Marquês de Pombal que o impediriam de ocupar o cargo em Olinda. De fato, para o lugar de Melo e Póvoas em Pernambuco foi nomeado José César de Meneses, filho do antigo vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, o primeiro conde de Sabugosa, considerado o favorito para “organizar o sistema defensivo das regiões meridionais contra as investidas castelhanas” (SANTOS, 2008, p. 215). Apesar dessa, que não seria sua última decepção, continuou investido no cargo de administrador da capitania maranhense no qual perdurou até 1779, sempre atento a novos desafios econômicos que pudessem trazer ganho direto à economia mercantil portuguesa, mantendo o zelo e compromisso com o projeto colonial.

Essas cartas eram reflexo desse zelo em busca de mercês, mantendo o processo de comunicação entre a administração colonial e a metrópole e representavam, ao mesmo tempo, um controle da produção local, e ainda mais, uma forma de angariar mais atenção e investimentos para o processo colonial. Encontrar produtos tão lucrativos que pudessem ajudar com o ramo de comércio e da agricultura dessa colônia tornava-se assim essencial para demonstrar o zelo e importância pelos processos coloniais. Havia, portanto, forte relação entre o empenho desses governadores e o sucesso da empreitada colonialista que ficava evidente em seus escritos. “Eu não posso deixar de ver com grande satisfação minha, que a Agricultura augmenta todos os annos mais, e a navegação tanto exterior como interior destes rios, pelo numero de Embarcaçoens, que andão a frente na condução dos Effeitos das plantaçoens para esta cidade”.<sup>2</sup> Havia assim uma forma de “economia política designada para a completa prosperidade do reino agrícola” (ALMODOVAR; CARDOSO, 1998, p. 39 e 40).

Era na perspectiva de se manterem atentos aos anseios comerciais coloniais do “reino agrícola” que os administradores se esforçavam em articular uma logística para o fornecimento dos produtos coloniais e em montar uma estrutura de produção e exportação para atender ao mercado atlântico, subordinada à lógica mercantilista lusa. Esse tipo de

---

<sup>2</sup> Carta de 13 de fevereiro de 1786. Livro de Registros das Cartas enviadas por Governadores Nº 13 SECRETARIA DE GOVERNO DO MARANHÃO. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO FI 30.

articulação era importante, sobretudo, quando se destacava a importância da colonização no norte da América Portuguesa, um território ainda inexplorado e que fora alterado durante a administração do Marquês de Pombal e tornara-se ainda mais intenso a partir de 1770. O Estado do Maranhão e Piauí foi desmembrado do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1772 e manteve essa configuração territorial até o ano de 1811 com nove administradores, dos quais os mais ativos foram os três já indicados aqui, Joaquim de Mello, Antonio Noronha e José Telles, o primeiro, sobretudo, dividido entre o fechamento da Companhia de Comércio e a administração do estado recém-constituído. Esse estado recebia a produção pecuária e extrativista das duas capitanias de mesmo nome e inseria o cultivo do arroz na capitania do Maranhão. As cartas dão um panorama superficial da produção do estado e ao final de todo ano os administradores delineavam um panorama das movimentações econômicas do estado. Ao final de 1788, o governador José Telles da Silva enviava um mapa sobre as exportações do ano à secretária de ultramar.

**TABELA: PRODUTOS EXPORTADOS  
A PARTIR DO ESTADO DO MARANHÃO E PIAUÍ EM 1788**

<b>Produto</b>	<b>Quantidade</b>
Algodão	11.354
Arroz	56.810
Paneiros de goma	345
Sacas de cacau	26
Paneiros de gergelim	845
Sacas de café	6
Cera	50
Atanados	5.717
Vaquetas	21.581
Couros	6.669
Toras de madeira	32.100
Varas	700

O panorama de 1788 não é o mais emblemático, mas reflete uma constante na produção colonial a partir do começo do decênio de 1780 com produtos derivados do extrativismo, da pecuária e da agricultura. Extrativismo de toras de madeira e varas. Pecuária

para a criação de gado como fonte para produtos que poderiam ser mais elaborados como os atanados (couros bovinos mais espessos), e as vaquetas (couro fino para vestimentas e outros objetos). E, por fim, aqueles resultantes da produção agrícola como o café, o gergelim, o cacau, o arroz e o algodão. De qualquer forma, o impacto maior na produção era do arroz e do algodão. Nesse ano de 1788, o arroz alcançou quase 57 mil arrobas (equivalente a aproximadamente 837 mil quilos) e o algodão, por sua vez, 11.354 mil arrobas (equivalente a quase 167 mil quilos). Sem dúvida alguma, a lavoura é o maior percentual dessa exportação e no interior dela o impacto mais significativo é do arroz representando em volume um total de 70% dos quilos exportados a partir do Estado do Maranhão e Piauí apenas no ano de 1788.

O caso específico do arroz aparece nos mapas de importação descritos nas cartas dos governadores como objeto de exportação ainda no período de 1760, de forma precária, ainda carente de incentivos articulados pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Foi só na década de 1770 que o cultivo de arroz se incrementou, graças à intervenção de Joaquim de Melo e Povoas (governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, de 1761 a 1772 e do Estado do Maranhão e Piauí, de 1772 a 1779), com a publicação de editais de incentivo para a colheita do arroz, bem como a fiscalização sobre o trabalho manual na colheita. Além disso, houve ainda a criação em 1776 do “primeiro engenho de arroz (fábrica de soque), logo seguido de outros pertencentes à Companhia” (RIBEIRO, 1990, p. 44).

No começo da década de 1760 já havia um arroz meio quebradiço, amarelo e cultivado por indígenas e africanos em suas pequenas lavouras, para consumo particular. O governador Joaquim de Mello interveio em 1770 nessa lógica de produção interna e implementou o chamado “arroz de Carolina”, mais afilado, alongado e de melhor qualidade para o mercado Atlântico.

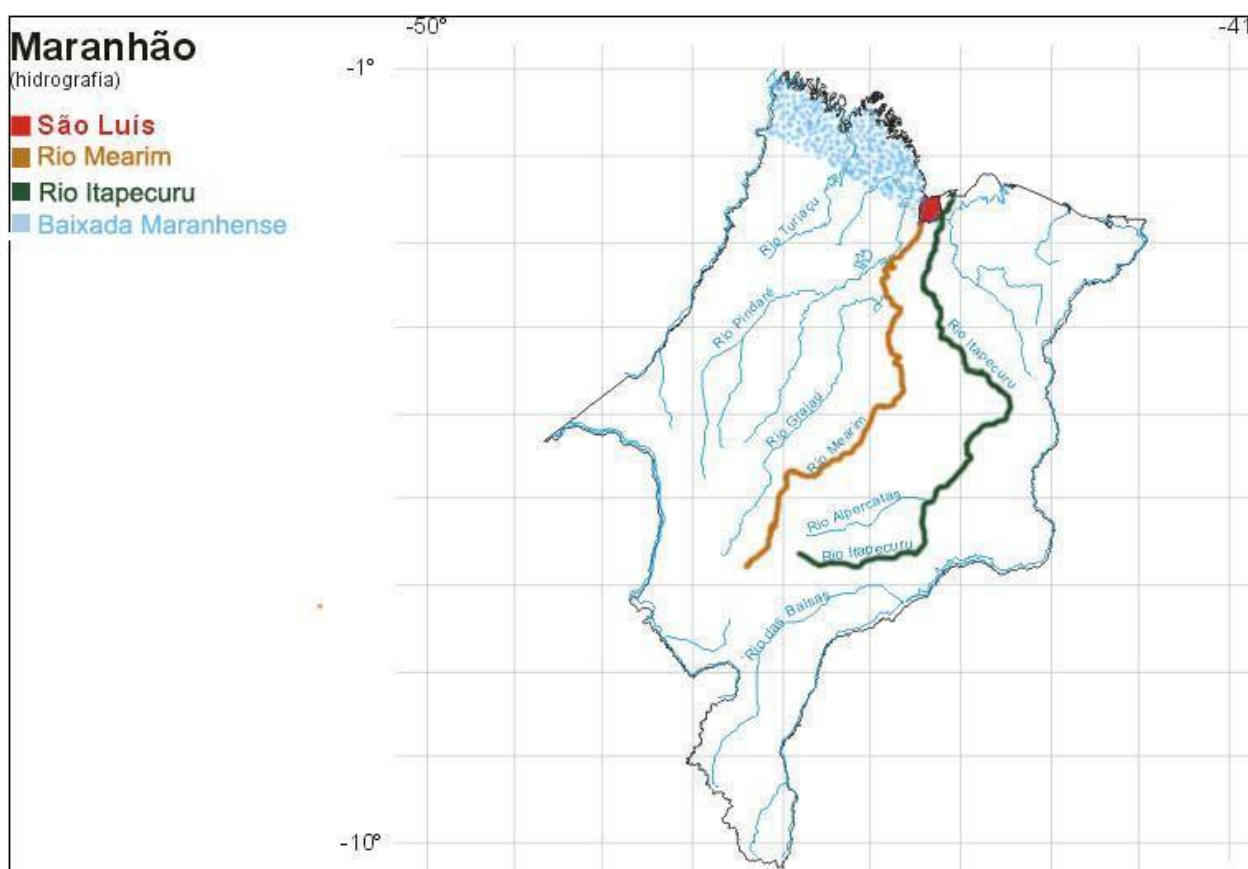
O objetivo era incentivar por meio de editais coloniais o cultivo, a colheita e o descasque do conhecido arroz de Carolina, plantado no norte das Américas e oriundo da Ásia. “Edictaes, para que todo o lavrador, ou outra qualquer pessoa que tiver do mesmo genero, e o quizer vender [o arroz] a Companhia, esta pagará. Ao mesmo preço de dous mil reis, sendo descascado, e ensacado; sendo porem com casca ao preço de dezaseis tostoens”.<sup>3</sup> Essa era uma proposta da Companhia, encabeçada e ordenada pelo governador colonial, mas entre os produtores menores a empreitada não vingou. Em virtude da recusa da capitania maranhense, o governador Joaquim de Mello baixou uma medida em 1776 na qual determinou “que nenhum lavrador de qualquer qualidade ou condição pudesse semear outro arroz que não

---

<sup>3</sup> Carta de 24 de dezembro de 1770. Livro de Registros das Cartas enviadas por Governadores. Nº 11. SECRETARIA DE GOVERNO DO MARANHÃO. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.

fosse o da Carolina, sob pena de sofrer, sendo livre, um ano de cadeia e de pagar cem mil réis”, enquanto os escravos poderiam ser punidos com “dois anos de calcêta e, nesse espaço, interpolado de surras” e o índio só dois anos da dita calceta, argola de ferro atada aos pulsos, tornozelos ou na cintura durante a execução dos trabalhos forçados (RIBEIRO, 1990, p. 33). A medida radical surtiu efeito e a produção do *Arroz de Carolina* tomou lugar no cultivo para exportação começando a ocupar sistematicamente vários lugares na capitania do Maranhão, sobretudo, próximos a rios, rios como o Itapecuru que cortava uma boa parte do Maranhão.

**ÁREAS DE PRODUÇÃO DO ARROZ E DO ALGODÃO  
NA CAPITANIA DO MARANHÃO (1770-1790)**



Nesse sentido, diferentes fazendeiros começaram a produzir o arroz nas proximidades dos rios e lugares com alta pluviosidade, locais como a baixada maranhense, região noroeste da capitania maranhense. O investimento inicial da companhia, antes de sua falência, e a sistemática supervisão dos governadores parece ter alçado a produção colonial do arroz aos níveis produzidos em 1788 e por toda a década de 1790. Sendo assim, o arroz ocupava um valor significativo no quadro de exportação do Estado do Maranhão e Piauí ainda em fins do século XVIII, junto do algodão que, apesar de produzido em menor volume anual, possuía o



prestígio da venda para o mercado têxtil. De qualquer forma, ambos, o arroz em volume, o algodão em prestígio, prefiguravam na produção colonial do estado e isso era comentado por diferentes indivíduos ligados à administração colonial no final do século, como o “agricultor” Raimundo de Sousa Gaioso.

Raimundo José de Sousa Gaioso, naturalizado português, chega ao Maranhão em 1787. Não era um administrador regional, mas possuía forte proximidade com os governadores coloniais e era um grande fazendeiro que se entendia enquanto um “lavrador”. Enquanto tal, um agricultor reconhecido, além de dono de terras e moradas na cidade de Itapecuru, junto à ribeira do rio, principal localidade de produção do arroz que era exportado pelo estado. Escreveu seu livro *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão* a partir dessas experiências e que foi publicado em 1818, após sua morte.

Conforme o agricultor, produzia-se por todo o território o algodão e, especialmente, o arroz: na chamada “baixada”, com ênfase em Alcântara; na ribeira dos rios, em especial, a vila ribeirinha de Itapecuru; e, assim por diante; destacando “o prodigioso augmento que tem tido os dous Generos mais importantes da lavoura do paiz, isto he o arros, e algodão” (GAIOSO, 1818, p. 218). Ao final do século XVIII, o Maranhão já possuía uma produção em larga escala de arroz e algodão espalhados por toda a capitania e entornos da capitania do Piauí. Os rios eram assim usados como frente de devassamento no processo colonial, cultivo da lavoura para a exportação e escoamento dessa produção, como já apontado em 1786 pelo governador José Telles da Silva sobre a “navegação tanto exterior como interior destes rios, pelo numero de Embarçaõens, que andão a frente na condução dos Effeitos das plantaçoens”. Se ao final da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão a produção do arroz era pequena, incipiente, contava com a resistência inicial dos pequenos agricultores da região, ao final do século XVIII, em virtude do investimento, estratégia e controle dos administradores coloniais a produção se espalhou por mais de 40% de toda a capitania maranhense.

Isso era um avanço significativo e embutido numa lógica interna de crescimento colonial, que fazia parte de uma política instituída a partir do governo de Pombal. Economia política que preparava o território para o incremento do mercantilismo português e a participação do local no cenário mundo. Isso implicava em escolhas de produtos interessantes que pudessem alavancar o comércio colonial no mundo ultramarino a partir da política portuguesa ou, ainda, a inserção e manutenção de produtos e produções que pudessem resultar em altos volumes para a exportação. Isso significa a criação de uma economia voltada para o plantio de culturas em larga escala, com vistas à instituição de um modelo de produção para a

exportação, por meio do trabalho compulsório. Os administradores coloniais, assim, em busca de mercês que pudessem contemplar seus anseios de retorno à metrópole ou de ocupar melhores cargos, procuravam novas formas de explorar o território colonial por meio de produtos que poderiam já existir na localidade ou que poderiam ser oriundos de outras regiões do globo.

### Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Ideologia da decadência*. Leitura Antropológica a uma história de agricultura no Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMODOVAR, António; CARDOSO, José Luís. *A history of portuguese economic thought*. London: Taylor and Francis e-Library, 2001.

AMARAL, José Ribeiro de. *Ephemerides Maranhenses (Datas e Factos Mais Notaveis da Historia do Maranhão) 1ª parte – Tempos Coloniaes (1499-1823)*. Maranhão: Typogravura Teixeira, 1923. Setor de Obras Raras da Biblioteca Publica Benedito Leite – Maranhão.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860. In: *Dinero y negocios en la historia de América Latina*. Vervuert – Iberoamericana, 2000.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Dissertação para conclusão de mestrado em História: UFBA, 2009.

\_\_\_\_\_. O ARROZ DE VENEZA E OS TRABALHADORES DE GUINÉ: A lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770-1800). In.: *Outros Tempos*. Volume 8, número 12, dezembro de 2011.

CAMPOS, Marize Helena de. *Senhoras donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)*. Tese de doutorado. FFLCH- USP, 2000

CABRAL, Maria do Socorro C. *Caminhos do Gado: Conquista e Ocupação do Maranhão*. MA, SECMA, 1992.

CARDOSO, José Luis; CUNHA, Alexandre Mendes. Enlightened reforms and Economic Discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750-1808). In.: *History of Political Economy*, 44:4. Duke University Press, 2012.

CARNEY, Judith. ‘With Grains in Her Hair’: Rice in Colonial Brazil. In *Slavery and Abolition*, Vol. 25, No. 1, April 2004, pp. 1-27.

\_\_\_\_\_. *Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*. Massachusetts: Harvard University Press, 2001.

CHAPLIN, Joyce. Tidal Rice Cultivation and the Problem of Slavery in South Carolina and Georgia, 1760-1815. In.: *The William and Mary Quarterly, Third Series*, Vol. 49, No. 1 (Jan., 1992), pp. 29-61.

COCLAINS, Peter. Distant Thunder: The Creation of a World Market in Rice and the Transformations It Wrought. In: *The American Historical Review*. Vol. 98, No. 4 (Oct., 1993), pp. 1050-1078.

\_\_\_\_\_. The Poetics of American Agriculture: The United States Rice Industry in International Perspective. In.: *Agricultural History*, Vol. 69, No. 2, [Agribusiness and International Agriculture](Spring, 1995), pp. 140-162.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V.26, n° 52, p. 79-114. 2006.

\_\_\_\_\_. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém. Ed. Açaí. UFPA, 2010.

DIAS, Manuel Nunes. *A companhia geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo: Secção Gráfica da USP, 1971.

DUPLESSIS, Robert. Mercadorias globais, consumidores locais. In. *Afro-àsia*. Salvador: EDUFBA, 2011.

FARIA, Regina Helena de. *Mundos do trabalho no Maranhão Oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís: EDUFMA, 2012.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão*. Paris, 1818.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *Fundação Francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís: Lithograf, 2002.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

\_\_\_\_\_. *Itinerário da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

LISBOA, João. *Crônica do Brasil Colonial: apontamentos para a História do Maranhão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MARK, Peter. "Portuguese" architecture and luso-african identity in Senegambia and Guinea 1730-1890. In: *History in Africa*, Vol. 23, 1996, pp. 179-196.

MEIRELES, Mario. *Dez estudos históricos*. São Luís: Alumar, 1994.

\_\_\_\_\_. *História do Maranhão*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

\_\_\_\_\_. *Pequena História do Maranhão*. São Luís: SECMA, 1970.

MEIRELES, Marinelma Costa. *Tráfico transatlântico e procedências africanas no Maranhão setecentista*. Dissertação de Mestrado: UNB, 2006.

MOTA, Antonia da Silva. *Família e Fortuna no Maranhão Setecentista*. In: COSTA, Wagner Cabral (org.) *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís, EDUFMA, 2004.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governos a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Francisco de Paula. *Memórias dos sertões maranhenses*. SP: Siciliano, 2001.

RIBEIRO, Jalila Ayoub. *A desagregação do sistema escravista no Maranhão*. São Luís: SIOGE, 1990.

VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio no Maranhão - 1612-1895*. v. 1. São Luís: Lithograf, 1992.